

Por que razão a extrema-direita está tão obcecada com a “ideologia de género”?

Artigo de Fernanda Rodríguez.

O objetivo dos neoconservadores é integrar amplas camadas sociais descontentes com o sistema, concedendo-lhes um estatuto na ordem sexual e racial, um sentido de pertença que o sistema económico lhes rouba.

Há mais de uma década que isso a que chamam ideologia de género está na mira conservadora. É um ataque à teoria queer, mas sobretudo ao feminismo. Os neoconservadores - Vox e uma parte importante do PP - erguem-se como pontas de lança deste antagonismo. Esta obsessão por estruturar a política em torno da natureza dos sexos seria estranha se não correspondesse às necessidades estratégicas do projeto neoconservador (ou se não concebesse a política como conflito de classe desligado disso que antes se chamava “superestrutura” - ideologia, cultura, etc.). Perceber em que consiste esta manobra política é essencial para saber o que fazer e o que não fazer neste confronto.

Na época do apogeu dos fascismos, tratava-se de gerar um bloco social que integrasse a classe trabalhadora autóctone, baseada na coesão do corpo são da nação. Uma nação composta por corpos reais, normalizados, de bons costumes frente à ameaça bolchevique - no meio de um simulado pânico vermelho, pois tanto na Europa como na América do Norte as organizações trabalhistas estavam debilitadas e, pode dizer-se, derrotadas. A derrota definitiva requeria atrair as pessoas comuns para as posições e interesses das classes dominantes mediante operações culturais. Estas tinham muito mais de revolução conservadora - no caso europeu - e de ataque preventivo - no caso norte-americano - do que de reação a uma iminente revolução operária. Não obstante, serviram de barreira à expressão dos conflitos de classe.

O surgimento do neoconservadorismo

O neoconservadorismo nasceu nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 1970 e regressou a essas fontes com um propósito: reatualizar a estratégia de integração das camadas populares através de uma divisão fantasmática em bandos, a América popular e originária e os seus inimigos sexuais e raciais. A grande ofensiva anticapitalista que tinha acontecido tanto no Ocidente rico como no vasto mundo submetido ao colonialismo e ao imperialismo já tinha sido derrotada e, uma vez mais, só se tratava de finalizar esta derrota. Por essa razão, essa estratégia foi denominada por Thomas Frank de “contragolpe” ou por Finkelkraut - outro dos estudiosos deste fenómeno político - de “revanche”. Ambos assinalam que o cenário preferido das suas táticas de mobilização foi, paradoxalmente, a cultura, a guerrilha cultural, e não a classe.

Nessa época, apareceram também os movimentos pró-vida e pareceram ressurgir das cinzas todas as obsessões em torno da sexualidade e da natureza dos sexos: os discursos de retorno ao lar e de proteção das mulheres, a homofobia cheia de ódio - reforçada, além do mais, com a emergência da pandemia da SIDA -, a recuperação das raízes cristãs e do puritanismo moral.

Recordemos um curioso episódio não maioritário dentro do feminismo e por ele respondido, mas muito significativo, cujo foco era a violência contra as mulheres. Refiro-me ao protagonizado pelas feministas radicais MacKinnon e Dworkin, que se aliaram à Administração Reagan - de cariz parcialmente neoconservador -, com o objetivo de censurar a pornografia, que entendiam como parte da cultura da violação, mediante a promulgação de uma legislação proibicionista. O diagnóstico demorou a ser partilhado, mas as consequências práticas alcançadas por Dworkin e MacKinnon estavam claramente erradas. Ao fazer da pornografia a expressão de uma realidade própria do espaço público, converteram este num perigo, alimentando assim os discursos de proteção das mulheres, que deviam ser relegadas para a esfera doméstica - para seu próprio bem. Entraram plenamente na esfera dos interesses neoconservadores.

Por que razão Dworkin e MacKinnon aceitaram esta aliança? Podiam não o ter feito. Podiam ter-se centrado na desigualdade económica e na necessidade de autonomia que permita escapar à violência. Ou, quem sabe, na valorização do trabalho dos cuidados concebido como questão social e, portanto, comum, o que logicamente suporia o enfraquecimento da divisão sexual do trabalho e dos seus

efeitos no mercado de trabalho. Isto também teria consequências na desgenderização como horizonte. No entanto, a linha do feminismo materialista, que era dominante nos anos 1970, não foi prosseguida por elas, quando se decidiram por uma luta pró-censura em relação à pornografia. O que as empurrou para esta estranha aliança com os conservadores? Havia ali também uma intenção de manter e conservar um sujeito mulher, de fronteiras fixas, inamovível? Este episódio do feminismo norte-americano é revelador.

Trazido para o presente, podemos dizer que também se nos colocam algumas questões: quanto tempo durará a resistência interna do feminismo ao punitivismo que os conservadores encorajam? E, sobretudo, no caso de o antipunitivismo feminista firme e sem fraturas se manter, conseguirá convencer o resto da sociedade?

Em qualquer caso, centrar a questão da desigualdade unicamente na violência sexual tem custos políticos previsíveis, que se evidenciam já em sinais preocupantes, como a defesa da exclusão das mulheres trans do feminismo. Esta exclusão não é justificável com base em argumentos lógicos, mas sim identitários. Nesse corporativismo excludente, ancorado na identidade biológica, e com a que se teme arriscar a posição de sujeito, renuncia-se a fazer do feminismo uma força transformadora. Renuncia-se à sua pretensão hegemónica, pois a hegemonia consiste na abertura de um elemento concreto de conflito a um plano de significação universal e em ganhar predomínio na dita abertura. Essa é a forma modernamente herdada e inevitável da política. Por isso, renunciar a uma aposta hegemónica é renunciar também a constituir-se em sujeito político.

Nesses termos, não se trata de salvaguardar uma identidade “mulher”, mas de assumir que o feminismo contém na sua reivindicação sobre os cuidados um poder que não seria suscetível de ser capturado pelo redil neoconservador. Trata-se, portanto, da transformação do que hoje significa ser homem e ser mulher, porque o feminismo é transformar o que se concebe como sujeito político; supõe refazer o vínculo social em torno da questão vital da reprodução social da vida, posta seriamente em risco pelo capitalismo financeiro. Isto é urgente e benéfico para todas as pessoas (homens incluídos) e o mais desestabilizador para o projeto neoconservador, que é capitalista.

Para o lado neoconservador, as denúncias dos homens por intermédio do recurso à Lei da Violência de Género, na verdade, são uma preocupação superficial.

Podiam ter aberto o debate para reformar a lei, os seus protocolos e mecanismos jurídicos, sem a revogar (pois não se pode negar uma violência específica contra as mulheres com mais de 900 assassinatos desde 2003). Isto é, sem necessidade de fazer uma emenda à totalidade da lei enquanto instrumento legal de uma venenosa “ideologia de género”. De facto, este exagero com a questão sexual visibiliza a ultradireita, mas não permite produzir as alianças e os consensos necessários para fazer útil o voto de protesto que mobilizam em termos de pactos de governo.

Não obstante, este excesso desmedido em relação ao feminismo seria incompreensível se não revelasse o desejo de estruturar a hegemonia da classe dominante sobre o resto da sociedade em torno de um masculinismo ferido. Procura com ele integrar amplas camadas sociais razoavelmente descontentes com o sistema, outorgando-lhes um estatuto na ordem sexual e racial, uma dignidade e sentido de pertença, que o mesmo sistema económico que querem preservar lhes rouba. Daí a estúpida retórica antissistema dos neoliberais absolutamente sistémicos. Sem esta função reguladora e de coesão em torno da ideia de nação e de normalidade sexual que lhe é própria, este clamoroso ressentimento masculinista não conformaria o núcleo duro de um discurso que vai dos EUA até Espanha, passando pelo Brasil.

É, pois, preciso não esquecer a razão deste desconforto profundo, a saber: a perda de centralidade da masculinidade como forma de coesão de classe. Esse mal-estar já ocorreu no espectro conservador por causa da Greve Feminista de 2018, sem que a violência sexual tivesse um protagonismo exclusivo. Esquecer o vínculo dessa centralidade do sexo masculino com uma cultura de classe é simplesmente esquecer a causa real da confrontação, cujo fundo é a classe, e permitir deslocá-la para questões puramente securitárias, que retroalimentam o sujeito político conservador como organizador e espinha dorsal do social. O que foi perturbador no passado 8M não foi um programa, absolutamente necessário e ainda por fazer, mas simplesmente a possível hegemonia no campo social de um feminismo de classe, anticapitalista. Assim é o feminismo hoje, central e transformador. E urgente. Se quisermos, o tórumo - não reativamente, mas na ofensiva - do projeto conservador.

* *Filósofa especializada em temas de género.*

Originalmente publicado em: CTXT.es

Tradução: Rede Anticapitalista